

PROJETO DE LEI 61/2001-L

Dispõe sobre reajuste do subsídio do Prefeito e Vice-Prefeito Municipais.

Art. 1 - O artigo 2º e os incisos I e II do art. 3º da Lei Municipal 1331/2000 passarão a vigor com a seguinte redação.

“Art. 2º – O Prefeito Municipal perceberá, mensalmente, subsídio em parcela única, no Valor de R\$ 6.357,60 (seis mil, trezentos e cinquenta e sete reais e sessenta centavos)”.

Art. 3º –...

I – caso assuma responsabilidades permanentes, inclusive as correspondentes ao cargo de Secretário do Município, seu subsídio será de R\$2.384,10 (dois mil, trezentos e oitenta e quatro reais e dez centavos);

II – não exercendo atividade permanente junto à administração, seu subsídio será de R\$1.907,28 (um mil, novecentos e sete reais e vinte e oito centavos).

...”.

Art. 2 - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a de 1º de outubro de 2001.-

Agudo,...

JUSTIFICATIVA

Tem este projeto de Lei o escopo de legislar sobre a revisão dos subsídios dos agentes políticos Prefeito e Vice-Prefeito. Esta revisão é feita toda vez que houver ajustamento da remuneração dos servidores municipais, e no mesmo índice daquela.

A Câmara Municipal da 10ª legislatura legou-nos Lei que assim prevê, e o fez cumprindo preceito ditado pelo art. 39, § 4º, da Constituição Federal, com a redação que este dispositivo recebeu através da emenda Constitucional 19/98.

Assim, está a Câmara Municipal praticando ato de sua privativa competência.

A retroação para o início do mês de outubro decorre de ser esta também a data de vigência dos novos valores da remuneração dos Servidores Municipais

A tramitação desta proposição apenas em dezembro, quando a vigência dar-se-á a partir de outubro, decorre de dúvidas sobre a forma de enquadramento legal da remuneração dos agentes políticos, ante a vigência da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Rogamos seja a matéria aprovada.

Agudo, 07 de dezembro de 2001.

Ver. Vilson Dias
Secretário

Ver. Aldo Hoppe
Vice-Presidente

Ver. Reni Boijink
Presidente